



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002786-24.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Apreensão**
 Impetrante: **Aparecida de Fátima Reia**
 Impetrado: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Aparecida de Fátima Reia impetra mandado de segurança contra Delegado de Trânsito da 26ª Ciretran de São Carlos – Detran/sp, voltando-se contra o ato de apreensão de seu veículo porquanto as infrações de trânsito que fundamentaram a referida medida (arts. 162, I e 164, CTB) somente permitem a retenção do automóvel até a apresentação de condutor habilitado, o que ocorreu por ocasião dos fatos.

Liminar concedida, págs. 31/33.

Informações prestadas, págs. 44/45.

O DETRAN ingressou na relação processual, pág. 43.

O Ministério Público declinou de sua intervenção, págs. 49/51.

É o breve relato. Decido.

A inicial está instruída com documentos, às págs. 14/17 (BOPM constando que o pai do menor compareceu no local), 22/28 (documentos comprovando que as infrações que deram ensejo à apreensão são apenas as do art. 162, I e do art. 164, ambos do CTB) e 30 (prova de que o pai do menor é habilitado), que comprovam a ilegalidade do ato de apreensão.

Isto porque tanto o art. 162, I quanto o art. 164 do CTB não autorizam a apreensão

1002786-24.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do automóvel se um condutor habilitado apresenta-se no local para retirar o veículo.

Por outro lado, como a própria apreensão foi ilícita, não deve a impetrante efetuar o pagamento de diárias e guinchos ou outras despesas, ao pátio municipal.

Confirmando a liminar de págs. 31/33, concedo a segurança para tornar definitiva a ordem de liberação do automóvel em favor da impetrante, independentemente do pagamento de quaisquer valores.

Sem verbas sucumbenciais, no writ.

P.I.

São Carlos, 18 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**